

População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança. A Província de São Paulo, no final da Época Colonial *

Maria Luiza Marcílio

Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Em 1765, a Capitania de São Paulo foi restaurada e seu território reunia então, os atuais territórios do Estado de São Paulo e do Paraná. O renascer dessa Capitania inscrevia-se nos planos da nova orientação mercantilista e fisiocrata da Coroa portuguesa, de dinamizar, por todos os meios e em todas as áreas da Colônia, a produção para a exportação. A curva descendente e cada vez mais acelerada da produção de ouro e diamantes das Minas Gerais e uma conjuntura internacional pouco favorável, determinaram a necessidade em Lisboa de se tentar aumentar a produção agrícola do Brasil. Para isso, compreenderam os colonizadores, era preciso estabelecer uma administração colonial mais racional, sistemática e coordenada. Uma geração de excelentes administradores ilustrados é designada para o governo das várias capitanias. Estes agentes coloniais procuram racionalizar a produção, o comércio, a navegação, dotar a lavoura de técnicas mais avançadas, de culturas novas, mas de demanda segura no circuito internacional (anil, fumo, algodão, café, além do tradicional açúcar de cana) e, enfim, promover o crescimento populacional. Tudo dentro da melhor política mercantilista.

(*) — Esta pesquisa foi realizada em grande parte graças ao apoio financeiro da FAPESP, concedido no período de 1969-1970.

Ora, a Capitania paulista do século XVIII era uma das mais pobres de toda a Colônia. Sua economia mantinha-se fundada na agricultura rústica da roça de subsistência, baseada no trabalho familiar. Um pequeno setor apenas se forma, ao longo desse século, para atender o abastecimento das Minas Gerais — em sua fase de apogeu (1710-1760, aproximadamente) — em alimentos (feijão, milho, farinhas) e sobretudo em animais de transporte e para a alimentação (mulas e bois). Algumas rotas de abastecimento foram abertas, unindo pontos variados do território paulista com as áreas de mineração de Minas Gerais, principalmente, mas também de Goiás e de Mato Grosso. A mais importante delas era a estrada da boiada que se iniciava no Viamão e Vacarias, nos confins meridionais da Colônia e atravessando o território interno do Sul, atingia a feira de Sorocaba. Dai, o gado comprado era redistribuído, pelas várias rotas às populações mineiras, primeiramente.

A decadência da produção do ouro, a partir dos anos de 1760 reflete-se na Capitania paulista, que procura então reordenar sua economia, ante a nova conjuntura. A transferência da capital da Colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), determina um início de dinamização da urbanização da nova capital. Os paulistas endireitam suas produções excedentes e seu gado rumo ao Rio, auxiliando seu abastecimento. Mas este não substitui em volume, o comércio gerado pela mineração. Assim, a Capitania de São Paulo terá um período longo onde, praticamente sua única atividade está na agricultura de subsistência, e o pequeno excedente servirá para o pequeno comércio interno, dentro da própria capitania, ou para atender capitânicas vizinhas.

Exatamente, neste contexto que a nova política metropolitana surge sobre o território paulista; ela tentará todos os meios para estimular, redimensionar e integrar sua economia dentro dos interesses comerciais de Lisboa. Seus novos governadores e capitães gerais que vão se sucedendo, desde o Morgado de Mateus, em 1765, agem em vários planos e todos, conscientemente, dentro das mesmas normas e filosofia de governo: numa política de incentivo ao crescimento demográfico (estimulando os casamentos e a natalidade, procurando diminuir a mortalidade através de medidas como a introdução da inoculação e mais tarde da vacinação anti-variológica, da criação de vilas, da promoção da imigração portuguesa, do deslocamento de populações para áreas estratégicas e de defesa colonial, etc); numa política de estímulo e aumento da produção agrícola de produtos de exportação, trazendo técnicos agrícolas, manuais de produção racional, tentando por todos os meios, mas em vão, introduzir instrumentos de uma agricultura intensiva mais avançada, como o arado, por exemplo, trazendo culturas desconhecidas, etc; numa política militar ativa, organizando pela primeira vez os corpos de milícias e de tropas pagas, recuperando e construindo fortalezas e postos militares avançados para conter o avanço contrário (e dentro da mesma política) da Coroa espa-

nhola em terras do Sul do continente americano, criando postos militares para os “homens bons” de cada município, na tentativa de torná-los novos e eficazes agentes da política colonial. Os resultados de toda essa movimentação começam a aparecer de imediato. Nos anos de 1780, o território paulista já produz vários produtos para o comércio atlântico, principalmente açúcar e um pouco de algodão, anil, fumo... Nas primeiras décadas do século seguinte, o café já compõe, com pequena mas crescente quantidade, a pauta das exportações paulistas.

A introdução e crescimento desse setor agrícola de exportação acarreta as primeiras e fundas mudanças estruturais regionais. Uma categoria de grandes proprietários desponta e se firma na paisagem social de São Paulo; são eles os dinamizadores de uma nova e cada vez mais ativa agricultura monocultora colonial e capitalista. Para desenvolver esse novo setor de produção, há necessidade de mudanças nas relações de produção. A mão-de-obra escrava afluí crescentemente para a região, concentrando-se principalmente nas áreas especializadas nas monoculturas coloniais. A terra ganha valor comercial e transforma-se gradativamente em mercadoria. A sociedade estratifica-se em contornos mais nítidos; uma categoria de grandes senhores de terras e de escravos, ou do grande comércio de exportação surge no panorama sócio-econômico paulista e cada vez mais consegue acumular fortunas e poder político local. No outro extremo da escala social, aumenta em volume, a força de trabalho servil importada da África. Permeia esses extremos uma sucessão variada de homens livres; médios e pequenos proprietários, posseiros e sobretudo os “sem-terra” e os jornaleiros, que se articulam no setor da produção da lavoura de alimentos para o auto-consumo e algum excedente, maior ou menor, para atender o comércio interno e por vezes também, em volume insignificante, o de exportação, igualmente. Um mundo variado de artesãos, pequenos comerciantes, tropeiros, etc procura sobreviver em torno das aldeias, vilas e cidades da região. A Capitania de São Paulo, periférica do sistema colonial até os anos 1760, passa gradualmente a integrar-se na periferia agora do Sistema da Economia Mundo (no conceito de F. Braudel e I. Wallerstein).

Nesse período de mudanças, no tempo longo, mas estruturais (e que definem o destino paulista dos séculos XIX e XX) surpreendemos a Capitania de São Paulo com um *corpus* documental serial impressionante, riquíssimo e único, meio extraordinário que nos permite as bases sólidas para acompanhar e compreender as transformações materiais e humanas por que passa a região. É a coleção imponente das *listas nominativas* de todos os habitantes, levantadas cada ano e para cada município da região, a partir do ano de 1765 e até cerca de 1830. Foram elaboradas para atender as orientações mercantilistas da Coroa portuguesa e levantadas pelos capitães-mores de cada vila e cidade, auxiliados na tarefa pelos vigários das

paróquias. Feitos os censos da população, em listas nominais e por domicílios (*fogos*), construíam-se mapas gerais, estandardizados da população, mas também da produção, comércio, exportação e importação de cada município.

Este *corpus* documental serviu de base para nossas pesquisas. Através de uma amostragem equi-probabilística e por etapas, levantamos todas as informações dos grupos domésticos (sexo, idade, côr, estado civil, condição social, grau de parentesco com o chefe do domicílio, naturalidade, ocupação, produção...) para cada município e em datas selecionadas (1). Estes dados foram tratados em computador e avançaremos aqui alguns dos resultados.

A presente comunicação concentra-se pois na análise de alguns aspectos estruturais e de mudanças da população e da força de trabalho paulista, numa fase de transição econômica.

Estrutura global da População paulista: 1798-1828

A Capitania de São Paulo em 1798, reunia 33 vilas ou municípios; eles são 38 em 1828. O número de sua população cresce significativamente nesse período e, para as condições da época: 162.345 almas, em 1798; 196.206, em 1808; 221.643, em 1818 e 287.645, em 1828. Em trinta anos, sua população cresceu em 77 por cento.

Cada segmento básico que a compõe apresenta diferenciações na estrutura demográfica e comportamentos e mudanças populacionais diversos. A composição por sexo do segmento livre e escravo de São Paulo não apenas são diferentes, mas evoluem de forma independente e com características próprias.

Razão de masculinidade da População

Data	População Livre	Pop. escrava	Pop. Total
1798	93,2	117,3	98,3
1808	90,4	122,3	96,6
1818	88,9	144,6	100,0
1828	91,5	154,1	106,3

A população livre manteve uma constante estrutura populacional por sexo. O desequilíbrio em favor das mulheres denuncia que apesar das mudanças econômicas em andamento, elas ainda não haviam afetado esse segmento da população. São Paulo ainda não era uma região tão dinâ-

(1) — Sobre as técnicas e os critérios adotados ver MARCILIO, M.L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo, USP. 1974, mimeo.

mica, a ponto de atrair ou fixar os homens em seu território. A migração masculina para outras áreas mais dinâmicas na Colonia continuava a se produzir, resultando no desequilíbrio da balança entre os sexos.

Um pronunciado e crescente desequilíbrio contrário, no entanto, estava ocorrendo em seu segmento escravo, fruto do desenvolvimento do setor agro-exportador, que gerava crescentes demandas de mão-de-obra servil, particularmente do sexo masculino. Essa imigração forçada e diferencial determinava profundas mudanças estruturais no setor. Em 1798, o balanço dos homens e mulheres não era ainda tão desequilibrado: a economia fundava-se preponderantemente no trabalho livre e familiar camponês. Em 1828, esse descompasso é bem acentuado: 154 escravos homens para cada 100 escravas mulheres.

Mas a diferenciação se produz também na estrutura etária dessas duas populações.

Estrutura etária da População Paulista

População livre

Idades	Proporção por 1.000 no total			
	1798	1808	1818	1828
0—14 anos	435	437	433	448
15—64 anos	533	533	540	531
65 e mais	32	30	27	21
Total	1000	1000	1000	1000

População Escrava

0—14 anos	350	317	293	292
15—64 anos	627	663	693	699
65 e mais	23	20	14	9
Total	1000	1000	1000	1000

As diferenças são evidentes. A população livre, essencialmente jovem, devido a suas elevadas taxas de natalidade (2), manteve uma estrutura etária estável, com cerca de 53% de seus componentes em idade ativa (15-64 anos), em todo o período analisado. População onde o fator migratório (para dentro e para fora) sempre existiu, mas nunca foi tão importante a ponto de afetar a estabilidade interna da demografia dos

(2) — Sobre a dinâmica populacional da região, com as taxas e comportamentos da natalidade, mortalidade e nupcialidade ver: MARCILIO, M.L. *op. cit.*

livres. O setor escravo porém, teve significativas mudanças estruturais em sua composição por idade, função mais uma vez do avanço do setor capitalista da agricultura colonial de exportação. A contínua entrada de escravos na região era igualmente diferencial por cidades. Compravam-se de preferência homens, adultos e africanos, que eram os mais caros. O enriquecimento crescente da Capitania permitia a importação não só de um volume maior de mão-de-obra servil, mas também da mais cara. Assim, se em 1798, 62% dos escravos em São Paulo estavam concentrados nas idades mais produtivas (15-64 anos) essas proporções elevavam-se constantemente e chegam a 70%, em 1828. Ora, essas mudanças determinaram, por sua vez, sérias e danosas conseqüências para a massa servil e em vários sentidos, a começar pelos problemas gerados para a formação de famílias ou casais monogâmicos e para uma equilibrada reprodução social dentro do grupo. Se os escravos aumentavam continuamente em número, esse aumento não se deu pelo crescimento natural de sua população que foi praticamente nulo, e mesmo negativo, mas em razão do fluxo de entradas contínuas e crescentes. Por outro lado, esta pirâmide etária anormal gerava maior insegurança entre estes oprimidos, pois nem mesmo o apoio de uma "família" conjugal equilibrada podia ser regularmente estabelecido nas grandes plantações, em virtude do desequilíbrio pronunciado dos sexos. Essa demografia singular favorecia grandemente o poder de repressão e de controle dos senhores sobre os escravos.

O enriquecimento gradativo da Província paulista e a importação de escravos promoveram, por sua vez, mudanças estruturais na composição dos grupos domésticos. Enquanto a região manteve-se essencialmente organizada em torno de uma agricultura rústica de roças e sítios de alimentos, para o auto-consumo e pequeno excedente para o comércio local, a força de trabalho era primeiramente a familiar. O escravo entrava apenas como complemento eventual da mão-de-obra da família do camponês. Com a introdução e o avanço do setor agrícola de exportação o trabalho escravo substituiu o trabalho familiar; o camponês cede lugar ao escravo. Com isso aumenta a média de pessoas por unidade domiciliar e unidade de produção. Em 1765, na fase da agricultura policultora camponesa havia em média 5,9 pessoas por grupo doméstico em todo território paulista. Em 1836, quando o setor monocultor e escravista já havia penetrado em largas áreas paulistas, a média já é bem maior: 7,2 pessoas por domicílio. A paisagem agrária e humana estava sendo alterada.

No entanto, é uma minoria de chefes de família que estava conseguindo acumular rendas, terras e escravos. Em 1798 e até 1828, cerca de 75% de todas as unidades domésticas paulistas não possuíam nenhum escravo. O quarto restante dos chefes de família, possuía em sua quase totalidade menos de 5 escravos. As grandes escravarias estavam concentradas em pouquíssimas mãos. Nunca chegaram a 1% os chefes de famílias

paulistas que concentravam 40 escravos ou mais. Uma pronunciada desigualdade social está delineada nesse período de gestação da economia cafeeira; ela só fará pronunciar-se cada vez mais ao longo do século XIX.

A força de trabalho escrava progride nesse período: 23% de toda a população era escrava em 1798. Esta proporção sobe para 30% em 1828. Estas mudanças acarretam transformações nos coeficientes de dependência proporcional (3) na força de trabalho regional.

Coefficientes de Dependência Potencial

Anos	População livre	Pop. escrava	População total
1798	114	167	124
1808	114	197	128
1818	117	225	136
1828	113	232	138

A nível da população livre a proporção da população ativa no total, mantém-se estável. Ora, como a maioria desse setor é composta da massa camponesa e dos despossuídos era preciso encontrar mecanismos de ajustes que permitissem a sobrevivência material desse grupo. As formas de trabalho comunitárias (mutirão e ajuda mútua), a utilização intensiva do trabalho de mulheres e crianças, a complementação da mão-de-obra familiar com os chamados “agregados” e eventualmente com os jornaleiros, enfim, a presença, como força de trabalho *complementar* de um ou poucos escravos, caracterizava as relações de produção dos homens livres mais pobres, dos “excluídos”, na feliz expressão de José de Souza Martins (4).

O estudo da posse e concentração de escravos mostra a coexistência, na região, do trabalho camponês-familiar e do trabalho escravo das grandes propriedades. Analisando apenas os grupos domésticos ocupados no setor primário de atividades econômicas (agrícolas e pastoris) a distribuição dos escravos era a seguinte.

(3) — O coeficiente de dependência proporcional é definido como o número de pessoas potencialmente produtivas (*pop. ativa*), com idades entre 15 e 64 anos, para 100 dependentes (entre 0 e 14 anos e com 65 anos e mais). Ver definições, dentre outros em: ONU, *Métodos de análisis de los datos censales relativos a las actividades económicas de la población*, N. Y., 1962 e VIMONT, C. *La population active*. Paris, PUF, 1960, p. 12.

(4) — MARTINS, J.S. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.

Posse e concentração de Escravos dos Senhores ligados ao setor primário em porcentagem sobre o total geral de domicílios

Domicílios	1798	1808	1818	1828
Sem escravos	54	54	55	53
Com até 39 escravos	16	16	16	16
Com 40 e mais escravos	0,1	0,3	0,2	0,5
Total	70,1	70,3	71,2	69,5

O número de grupos domésticos com grandes escravarias (40 e mais), ocupados no setor primário, embora insignificante em termos relativos, aumentou consideravelmente em números absolutos no período. Em 1798 eles eram apenas 29, passando a 197, em 1828. Isto equivale a dizer que a maior parte dos escravos concentrava-se em mãos de poucos grandes proprietários: fazendeiros de café ou de grandes rebanhos e senhores de engenho de açúcar. Convém lembrar ainda que vários conventos e ordens religiosas detinham grandes massas de escravos.

Classificação sócio-profissional dos Chefes de Domicílios pelos setores de atividades produtivas.

SETOR PRIMÁRIO	1798	1808	1818	1828
Senhor de engenho	405	431	561	577
Senhor de engenhoca	153	160	184	234
Fazendeiro de criar	89	100	214	126
Lavrador	12.466	15.543	18.214	21.992
Criador — lavrador	1700	1534	1559	2156
Extração florestal	88	8	16	32
Pescador	232	288	272	296
Pescador — lavrador	264	160	128	160
Jornaleiros	744	1.144	1600	2712
Total	16.141	19.368	23.748	28.285
% s/o total	70%	70%	71%	69%
SETOR SECUNDÁRIO	1798	1818	1808	1828
Mineiros	114	41	—	—
Metais	96	168	209	289
Cerâmica	72	16	48	64
Medeiras, mobiliário	568	464	584	824
Couros	200	280	296	336
Vestuário, alimentação	992	1744	2224	2192
Construção civil	96	96	96	176
Construção meios transp.	48	72	32	160
Outros	24	32	48	96
Total	2210	2913	3537	4137
% s/o total	10%	10%	11%	10%

<i>SETOR TERCIÁRIO</i>	1798	1808	1818	1828
Prof. liberais	48	88	104	160
Funcionários civis	185	153	112	320
Ensino	8	8	24	16
Igreja	155	162	219	204
Negócios	410	244	270	355
Comércio	528	696	912	1499
Transportes	696	520	537	1319
Jornais de escravos	113	16	25	40
Outros	727	497	995	1652
Total	2870	2384	3198	5565
% s/o total	12%	9%	10%	13%
 <i>OUTROS</i>				
Vadios — Mendigos	1160	1368	1448	1480
Dependentes	112	128	32	80
Residentes — novos	16	1040	912	1152
Indeterminados	242	452	321	440
Total	1530	2968	2713	3152
% s/o total	7%	11%	8%	8%

A área cultivada pela cana de açúcar e o número de engenhos aumentou significativamente nesses trinta anos. O número de alambiques para fabricar aguardente de cana também (engenhocas). A maior concentração das culturas monocultoras de cana estava no Oeste paulista, particularmente nos municípios de Itú, Porto Feliz e Campinas (67% dos engenhos em 1828), seguida da região do Vale do Paraíba (15% dos engenhos em 1828). Os alambiques, por sua vez localizavam-se prioritariamente nas mesmas regiões e também ao longo do litoral, especialmente nos municípios de Ubatuba, São Sebastião e Vila Bela (Norte). A pesca e a extração de frutos silvestres das florestas eram atividades que caracterizavam sobretudo as vilas litorâneas. Os lavradores, pequenos e médios, espalhavam-se por todas as áreas da Província. De certa forma, havia uma certa especialização espacial do território paulista em termos de culturas plantadas. Também as atividades criatórias concentravam-se preferentemente ao longo da Rota do Muar ou Estrada da Boiada, que partindo de São Paulo, atingia a feira de Sorocaba, de onde dirigia-se para o Sul, passando por Itapetininga, Castro, Lapa, Curitiba, Lajes, para penetrar em território sulino, até os campos do Viamão e Vacaria.

O grupo de trabalhadores livres, sítiantes, pequenos e médios proprietários, posseiros, enfim caboclos e caiçaras como eram chamados nos camponeses, aumentavam em número, mas o espaço que lhes sobrava começava a ser restringido à medida que avançava o setor da agricultura das grandes plantações. Nos trinta anos de nosso estudo seu número au-

mentou em 77%. A disponibilidade de terras devolutas e de largas “fronteiras” agrícolas a serem ocupadas permitia ainda sua existência e aumento. Nesse período a área cultivada expandia-se extensiva e horizontalmente, e as roças de alimentos permeavam os espaços intra e inter plantações de monoculturas.

O setor secundário do artesanato e pequenas manufaturas manteve-se praticamente estável, nessa fase (em torno dos 10%). O setor terciário, com leve aumento, já denunciava uma mais ampla diversificação de ocupações em razão do desenvolvimento da Província e de um esboço de urbanização primitiva em torno da cidade de São Paulo e de seu porto de exportação, Santos e secundariamente Ubatuba. Por isso, notamos um aumento importante das atividades ligadas ao grande negócio de exportação e ao comércio interno que de 638 chefes neles ocupados em 1798, sobe para 1854, em 1828: um aumento da ordem de 191%, nos trinta anos.

Estas são algumas evidências das mudanças estruturais demográficas, econômicas e sociais e também das permanências ocorridas na Província de São Paulo, em sua fase de transição, expansão agrícola e aumento da estratificação social. Uma sociedade originalmente camponesa que começa a conviver lado a lado, com uma sociedade escravista; uma agricultura de subsistência, que sobrevive ao lado de um setor dinâmico e em expansão da agricultura capitalista colonial; a “lavoura do pobre” e a “lavoura do rico” no dizer de nossos camponeses de hoje. O processo do avanço da grande propriedade e do capitalismo no campo paulista, iniciado no período que ora estudamos, progride, lenta mas decididamente. Começa por estender as grandes plantações em terras vazias, segue empurrando as “posses” de terras antigas dos tradicionais camponeses, enfim, são as pequenas e médias propriedades, produtoras de alimentos que devem ceder seu lugar às culturas de exportação, já totalmente vitoriosas no século XX.